

**A Revista *O Ensino* e a instrução primária no Pará republicano**

*The O Ensino Magazine and primary instruction in republican Pará*

Camilla Vanessa Chagas Peixoto de Oliveira  
**Universidade Federal do Pará (UFPA)**  
Belém-Brasil  
César Augusto Castro  
**Universidade Federal do Maranhão (UFMA)**  
São Luís-Brasil

**Resumo:**

O artigo analisa a revista *O Ensino* (1919) como veículo de formação pedagógica, para professores do ensino primário no Pará republicano. Método: O estudo situa-se na perspectiva da Nova História Cultural. Objetivo: conhecer o debate pedagógico acerca do ensino e aprendizagem escolar primário, construído em dado momento histórico para ordenar, instruir, educar e civilizar a criança. Conclusão: foi feita a leitura do impresso como fonte/objeto desse estudo, que estava sob a tutela do estado do Pará e se tornou espaço de formação para os professores.

**Palavras-chave:** Imprensa Periódica Educacional. Educação Primária. Professor. Criança.

**Abstract:**

The article analyzes the magazine *O Ensino* (1919) as a vehicle of pedagogical formation for elementary school teachers in republican Pará. Method: The study is located in the perspective of the New Cultural History. Objective: to know the pedagogical debate about elementary school teaching and learning, built in a given historical moment to order, instruct, educate and civilize the child. Conclusion: the reading of the print editions was done as the source/object of this study, which was under the tutelage of the state of Pará and became a formation space for teachers.

**Keywords:** Educational Periodic Press. Elementary Education. Teacher. Child.

## Introdução

A República trouxe consideráveis mudanças para o segmento social, político, educacional, econômico e cultural do território brasileiro, com isso, as antigas amarras oligárquicas foram rompidas e novas imposições e desafios foram implantadas ao meio social. Em virtude disso, diversas práticas culturais relacionadas ao ideal liberalista e positivista<sup>i</sup> definiram um novo cenário no País, que “ganham destaque: o patriotismo, a moralidade, a civilidade, o higienismo, dentre outros temas. Estas ideias rodearam a educação como forma de construir uma identidade nacional” (FURTADO, 2016, p. 11).

Nesse contexto, o que promoveu a projeção do País rumo à ordem e ao progresso foi a Educação que teve o intuito de impulsionar uma nova configuração e organização no aparelho civil, já que neste período havia a necessidade de escolarizar os indivíduos devido às altas taxas de analfabetismo<sup>ii</sup> no País, bem como no Pará. A revista *O Ensino*, destacou que a cada mil habitantes, 700 sujeitos eram analfabetos no estado. (C. P., 1919, p. 92-93).

Em decorrência disso, o estado era o responsável pela Educação e civilização do povo paraense, em especial da infância, já que a criança era considerada um sujeito em processo de amadurecimento e representava um “ser inconsciente de instinto puramente animal” (MATTOS, 1919, p. 85) cabendo ao governo fornecer ensino e formar o seu caráter. Para isso, foi necessário combater o estado de calamidade e ignorância que assolava o Pará.

Em razão disso, a Imprensa Periódica Educacional<sup>iii</sup> tornou-se espaço de formação de opinião, em prol do convencimento dos sujeitos em relação ao trabalho pedagógico. O “impresso periódico” tem apresentado destaque na história da Educação brasileira por ser responsável pela compreensão de diversas dimensões, tais como: as práticas educacionais, o ensino das disciplinas, a cultura escolar, os entraves no processo de escolarização e aprendizagem de sujeitos, entre outros assuntos que emergem diante desta esfera profissional (CATANI; BASTOS, 2002, p.5-10).

À vista disso, Catani e Bastos (2002) aclaram que executar pesquisas com periódicos pode contribuir de forma ampla no entendimento da vida escolar em relação às ações dos atores educativos (professores, alunos, inspetores e outros), das normas, das práticas pedagógicas de uma época, da ideologia moral, política e social dos sujeitos históricos. Sendo assim, elegeu-se a revista<sup>iv</sup> *O Ensino* como a fonte documental, que foi coletada no

acervo da Fundação Cultural do Estado do Pará (FCP) – Biblioteca Pública Arthur Vianna, na cidade de Belém, que soma um total de 388 páginas encadernadas, contendo nove números: de 7 janeiro a 15 de setembro de 1919.

Em sua materialidade, circularam os discursos de intelectuais que atuavam sob várias vertentes da estrutura social, que apresentavam temáticas de relevância para a Educação e o ensino primário, bem como para a higiene, a ciência, os métodos de ensino aos professores, as práticas de leitura, a escrita e outras discussões pedagógicas.

O corpo editorial da revista era composto por Antonio Marçal, diretor do Instituto Lauro Sodré que exercia a função de redator-chefe; os redatores/professores Pereira de Castro, Sylvio Nascimento, José Sidrim, Santino Ribeiro, Figueiredo e Sousa e Gasparino Silva; o administrador técnico Vicente Silva; e o diretor-gerente: Raimundo de Oliveira Machado, que faziam parte de um coletivo de intelectuais promotores da Educação no estado. Vale destacar que o periódico era impresso e editado pelo Instituto Lauro Sodré, pertencente à diretoria de Instrução Pública do Estado do Pará.

A partir da análise do periódico, reporta-se às seguintes questões: (1) Qual a representação da revista *O Ensino* na formação dos professores de ensino primário? (2) Qual o debate pedagógico acerca do ensino primário na revista *O Ensino*? Dessa maneira, e para responder tais questionamentos, optou-se pela abordagem teórico-metodológica da Nova História Cultural (NHC), pensada por Chartier (1990) por meio da obra *História cultural: entre práticas e representações*, que parte de novas perspectivas de pensar o mundo e a cultura como representação que se instala na sociedade.

### **A Representação da revista *O Ensino* para a formação dos professores primários no Pará**

O período republicano foi assistido pelas transformações nos campos político, social, cultural e educacional, tanto no território brasileiro quanto no paraense que se caracterizou pelo avanço da tecnologia, “construção de ferrovias, expansão do mercado internacional, urbanização e crescimento das cidades (em área, população e densidade)” (SARGES, 2010, p. 20), e em Belém pelo *boom* da economia gomífera no triunfo da *Belle Époque*<sup>v</sup> (1870-1912), que resultou na:

Nova ordem econômica e a nova filosofia financeira nascida com a República impunham não somente a reordenação da cidade através de uma política de saneamento e embelezamento, mas também a remodelação dos hábitos e costumes sociais. Era preciso alinhar a cidade desordenada, feia, promíscua, insalubre e insegura fazia parte de uma nova estratégia social no sentido de

mostrar ao mundo civilizado (entende-se Europa) que a cidade de Belém era o símbolo do progresso, imagem que se transformou na “obsessão” da nova burguesia. (SARGES, 2010, p. 20).

Diante da realidade histórica de Belém do Pará, no início de século XX, pode-se dizer que uma parcela da população passou a viver essencialmente em centros urbanos, apropriando-se de novas práticas culturais, como os bons hábitos, e, principalmente, no que diz respeito à civilização do homem para viver junto à modernidade e progresso social. Os sujeitos deveriam se adequar à nova modalidade de vida urbana, uma vez que esta se manifestou de forma mental e material desde o “[uso de novos] vestuários, à construção de prédios luxuosos, cafés, luz elétrica, bondes, ferrovias” (SARGES, 2010, p. 20) entre outros fatores. Eles resultaram em uma nova classe que se instaurou – a burguesia – formada por migrantes, imigrantes europeus, comerciantes, seringalistas, financistas, profissionais liberais de família rica e oriundos de universidades europeias, que passaram a controlar a cultura, a economia e a política local.

O progresso social era o ideal a ser atingido como propunha a República. Consistia em instruir e educar a população menos favorecida, pois lhe faltava o primordial, a higiene intelectual e moral, então havia necessidade de curar corpos e mentes para o ordenamento do futuro da pátria, dotando-os de uma cultura científica e moral. Nesse sentido, a representação do mundo civilizado pautava-se pela existência e conhecimento acerca da ciência, do trabalho com manejo de máquinas nas indústrias e pelo processo de alfabetização dos indivíduos. Havia um embate político ideológico contra a ignorância, sobretudo, em relação à população pobre.

Santos e França (2020), afirmam que:

Foi nesse cenário de efervescência política e social que a imprensa se inseriu no contexto da República no Pará, liderada por homens de engajamento político e grande influência no meio educacional. A imprensa paraense se assentou como suporte político e social para ecoar os ideais republicanos. (SANTOS; FRANÇA, 2020, p. 9).

Santos e França (2020) no texto “A imprensa pedagógica no Pará em dias de República: a Revista a Escola e a Revista do Ensino como Instituições de Formação (1900-1912)”, discutem aspectos relevantes sobre a circulação dos periódicos educacionais em Belém como suporte de formação para os professores primários do estado do Pará em decorrência do regime republicano que se implantou.

Em consonância com o pensamento de Santos e França (2020), a revista *O Ensino* propagou o mesmo ideário, liderado pelo setor político educacional com finalidades similares, tais como formar professores do ensino primário, em prol da civilização da infância, ao passo que desejou imprimir nos sujeitos o “modo de vida da sociedade brasileira aos moldes europeus. Para eles, era preciso modernizar a nação e entregá-la ao perfil internacional em aspectos culturais e materiais” (SANTOS; FRANÇA, 2020, p. 9).

É necessário pensar que a Europa era um modelo de civilidade a ser seguido pelos brasileiros, porém nota-se que o discurso de *O Ensino* pondera ao abordar sobre a pátria brasileira: “Não direi que o povo brasileiro exceda aos outros na inteligência, no saber e na cultura moral. [...] O de que, agora, se trata, é saber se a raça brasileira é capaz de produzir homens [...] saudáveis, homens inteligentes, homens de bem?” (DORIA, 1919, p. 3). Um panorama de dilemas a serem enfrentados se configuravam nas páginas da imprensa pedagógica no Pará de 1919 com o propósito de redefinir o ensino primário como primeiro nível de escolaridade formal e das aprendizagens das primeiras letras, leitura e cálculos, para a infância. Sob essa conjuntura, a ação intelectual dos discursos de médicos, pedagogos, literários e políticos, entre outros homens letrados, divulgaram, por meio dos impressos, ideias acerca da regeneração social que foram decisivas para o engendramento de uma mentalidade do homem como núcleo propagador dos valores republicanos e, em particular, os professores.

O periódico destaca a figura do professor como balizador da Educação moral e intelectual, ele representava um sujeito sagrado, “mestre paraense, o estrênuo missionário do saber” (CASTRO, 1919, p. 9) responsável por restaurar de forma eficaz a infância, além de ser “um desbravador de inteligências: é o artífice da burila, retoca e apura os sentimentos: é o escapulário das almas, o obreiro infatigável, do vasto ofício da humanidade futura [...] sobre o qual abrigue essa humanidade em formação” (C. P. , 1919, p. 20). Há, continuamente, nos números do periódico, afirmações sobre o dever do estado em oferecer a Educação, mas a atribuição densa desse ofício estava inteiramente concentrada nas práticas pedagógicas dos professores, cabendo a ele ser capaz de esculpir o aluno do estado de ignorância para o modo coletivo de viver e entender o mundo.

O periódico passou a ser um veículo formador, um guia de práticas pedagógicas que posicionava o professor do ensino primário como mediador da liberdade intelectual. Sob esta ótica, os artigos publicados estavam direcionados aos métodos de ensino

recomendáveis para cada disciplina, sempre pautados em um modelo da Educação europeia. Sobretudo, é visível nos discursos a importância do ensino da habilidade da leitura e da escrita e é inegável que essas duas práticas estavam vinculadas à chave da produção para outros conhecimentos tais como História da Pátria, Geografia, Português, Educação Moral e Cívica, Ciências e Aritmética.

No regime republicano, a criança era a representação do futuro da nação, ela deveria ser o maior investimento para moldar o País. Para o Estado, a infância era um estágio inicial da vida, neutro. Ao discutir a Educação para crianças, é importante considerar e refletir acerca da civilidade pueril que Erasmo (1978)<sup>vi</sup> declara ser:

A arte de educar as crianças divide-se em diversas partes, das quais a primeira e a mais importante é que o espírito ainda brabo, receba germes de piedade; a segunda, que ele se entregue às belas-letas e nelas mergulhe profundamente; a terceira, que ele se inicie nos deveres da vida; a quarta, que ele se habitue, desde muito cedo, às regras da civilidade. (ERASMO, 1978, p. 70).

Neste ínterim, observa-se um diálogo fértil nas notas da revista *O Ensino* (1919) ao divulgar o desejo de construir e aprimorar a cultura do espírito da criança, diante da aprendizagem “embryonal”<sup>vii</sup> da infância.

O professor vai plantar uma alma na infância [...] recebe a criança inconsciente, de instinto puramente animal, e vai fazer desabrochar em sua confusa e pálida consciência a luz, a verdadeira luz que ilumina e esclarece, povoando o vácuo do espírito infundindo nelle os primeiros rudimentos das causas. [Sendo assim,] vai crear um ser consciente, inteligente, uma pessoa moral. (MATTOS, 1919, p. 85).

Embora exista uma distância geográfica e temporal na abordagem de Erasmo (1978) ao se referir às regras da civilidade pueril (burguesa) europeia, que obteve uma grande repercussão na Alemanha, Inglaterra, França e Itália, observa-se que no Brasil adotaram-se ideias semelhantes para conduzir a infância das camadas populares, no sentido de torná-las intelectualmente aptas para viver em uma sociedade progressista e moralizada, conscientes dos seus atos perante a sociedade republicana.

A fim de conhecer as práticas pedagógicas que se instalaram no Pará em 1919, mapeou-se o periódico a partir de sua materialidade e as ideias sobre os métodos de ensino utilizados pelos professores do ensino primário. Cada número da revista *O Ensino* estava disposto em formato vertical, medindo 27 x 19,5 cm, em paginação sequencial, que se dividia em artigos direcionados aos professores e variavam entre 12 e 20 artigos. A revista era comercializada na livraria Alfacinha<sup>viii</sup>, Agência Martins, Pará Intelectual<sup>ix</sup>, Casa Batista<sup>x</sup>

e Salão Florença. Era vendida em assinaturas anuais (10\$000) ou semestrais (6\$000) e de forma avulsa (1\$200) e atrasada (2\$000).

A redação da revista divulgava suas notícias e ações sobre o ensino no Pará não apenas a nível estadual, mas também em esfera nacional e internacional, pois foi encontrada uma nota para o correio do impresso, acerca de um exemplar que foi recebido em Washington (D.C). Havia dois espaços na revista, um destinado às “Nótulas” que divulgavam mensagens sobre a Educação e comemorações, e o *Correio do Ensino*, no qual os redatores respondiam os questionamentos dos leitores e agradeciam pelos elogios tecidos à revista.

O impresso divulgava os programas do ensino primário, os quais eram pensados e organizados pelo Conselho Superior do Ensino composto pelos normalistas Pereira de Castro, presidente, que foi substituído posteriormente pelo professor Silvio Nascimento; Maria Luiza Amaral, Sarah Ribeiro, e os colaboradores Matheus do Carmo, Raymundo Proença, Izaura Brito, Gemina Pinto, Maria Damasceno, Augusto Serra, Hilda Vieira, Maria Lavareda da Rocha, Julita Hollanda, Anna Barrau Meninéa e Placidia Alves Cardoso. (O ENSINO, 1919, p. 32).

Para esse contexto, a revista divulga que os “methodos a seguir” eram procedimentos que os professores deveriam aplicar nas disciplinas ministradas para o ensino primário. Segundo Oliveira (2003), “os métodos de ensino são frutos da experiência histórica. Foram ou são, portanto, construídos histórica e socialmente” e para Morandi (2002):

O método é etimologicamente, aquilo que permite aceder ao lugar que se busca: é um caminho (odos, “estrada”) que permite atravessar (meta, “através”). O sentido de um método é o de um caminhar e de um procedimento, da continuação finalizada e organizada de uma atividade num caminho que permite encontrar. O método depende ao mesmo tempo daquilo para que se tende e do caminho que para lá conduz: ele é conduta e encaminhamento (MORANDI, 2002, p. 17).

Acredita-se que ao eleger um modo de ensino seleciona-se um princípio condutor de uma forma de ensinar a criança, pode-se dizer que serve como uma bússola do professor para a transmitir o conhecimento. Nesse sentido, o impresso destaca o “methodo expositivo, combinado com o processo intuitivo de Pestalozzi<sup>xi</sup>” (F.S.,1919, p.167) para o ensino primário, pois para os elaboradores dos programas de ensino primário era o meio capaz de não fadigar o espírito das crianças e evitava decorações de regras “como a da

operação de dividir números inteiros; a lição constituída de exemplos tirados da natureza, deleita o aluno, tornando o ensino interessante” (F. S., 1919, p. 167).

A proposta pedagógica de Pestalozzi retomava as ideias de Rousseau que via a Educação como um processo natural baseado nos princípios de liberdade. Libâneo (1991) apresenta pontos importante de Rousseau ao propor que:

A preparação da criança para a vida futura deve basear-se no estudo das coisas que correspondem às suas necessidades e interesses atuais. Antes de ensinar as ciências, elas precisam ser levadas a despertar o gosto pelo seu estudo. Os verdadeiros professores são a natureza, a experiência e o sentimento. O contato da criança com o mundo que a rodeia é que desperta o interesse e suas potencialidades naturais. A educação é um processo natural, ela se fundamenta no desenvolvimento interno do aluno. As crianças são boas por natureza, elas têm uma tendência natural para se desenvolverem. (LIBÂNEO, 1991, p. 61).

As ideias de Pestalozzi<sup>xii</sup>, tomadas de Rousseau, estavam marcadas pela prática de educar as crianças de forma não-repressiva, pois para ele o ensino era o preparo qualificado do desenvolvimento das capacidades humanas, principalmente no cultivo do sentimento, da mente e do caráter (ZANATTA, 2005). Diante do exposto, os programas de ensino primário (1919) garantiam que:

As cousas naturais são de fácil entendimento e, tomadas como objetos da lição, hão de necessariamente, oferecer-lhes ocasião de raciocínio, despertando-lhe no espirito alguma nova emoção e, conseqüentemente, o interesse, o fim, a utilidade das cousas [...] e feita uma explicação clara, positiva, sempre do simples para o composto, partindo do concreto para o abstrato (F. S., 1919, p. 168).

Em virtude disso, o conhecimento da criança deveria ser cultivado por meio da linguagem simples e as aulas, momentos agradáveis e persuasivos, aproveitando as “cousas e objetos comuns para exemplos e assim incutir sem grande esforço, no espirito do menino, a verdade do assunto tomado para thema da lição”. (F. S., 1919, p. 168). Dessa maneira, a criança seria incentivada a pensar e desenvolver o intelecto por meio da prática intuitiva – “partir o conhecido ao desconhecido; do concreto para o abstrato; ou do particular para o geral; da visão intuitiva à compreensão geral por meio de uma associação natural” (ZANATTA, 2005, p. 170). Ou seja, a partir dos objetos e das ideias que a criança desenvolve de maneira natural, ela produziria o seu próprio conceito de experiência sensorial como um processo ativo para os sentidos e para a mente como concebe Pestalozzi.

Portanto, estimular a curiosidade do indivíduo conduz o aluno a exercitar a mente, manter contínuo o hábito de pensar e problematizar os conteúdos de “Portuguez,

Arithmetica, Geographia, História da Pátria, Educação Moral e Cívica e elementos de Hygiene individual, Desenho, Calligraphia” (O ENSINO, 1919, p. 174-199). Induzir a produção do conhecimento da criança partindo dos elementos da realidade material (método intuitivo), e não partindo de regras abstratas, garantiam que os alunos atingissem o domínio da “lição de coisas”, que são acompanhadas dos exercícios de linguagem, para chegar às ideias inteligíveis, pois ao oferecer dados para apreciação do particular para o geral chega-se, então, ao conceito abstrato.

### **A instrução primária da imprensa pedagógica na revista *O Ensino* (1919)**

A revista *O Ensino* (1919) é compreendida, como um espaço de luta e suporte de poder para a instrução da infância no Pará. É necessário perceber que nela se institui um espaço privilegiado das relações sociais e das ações intelectuais, que, por sua vez, destinam suas preocupações à defesa de interesses de classe para os quais operam, que possibilitam conhecer as realidades sobre várias ramificações societárias. Sobre a imprensa, Capelato (1994, p. 24) se refere ser um “fruto [...] de um esforço para repensar problemas, abordagens e objetos da história”. Para a autora,

A imprensa, ao invés do espelho da realidade passou a ser conhecida como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época. [...] a imprensa age no presente e no futuro, pois seus produtores engendram imagens da sociedade que serão reproduzidas em outras épocas (CAPELATO, 1994, p. 24).

Nesse sentido, a imprensa por meio da revista *O Ensino* declarou que a realidade social paraense tinha como necessidade educar para o futuro da pátria, logo, circularam ideias e formas de instruir, educar para civilizar por meio das práticas de ensino dos professores primários no Pará. Nesse contexto em muitos artigos identificou-se que a escola era vista pelas autoridades políticas e intelectuais do século XX como uma extensão do lar para a infância, porém com um legado a ser cumprido: levar o conhecimento e os bons costumes às massas populares. Para tanto, era de suma importância ordenar o tempo, a rotina das aulas, primar pela frequência das crianças nas escolas, além de fazer com que o aluno obtivesse as práticas de emancipação do intelecto, como saber ler, escrever e contar, que eram instruções acessível somente a pessoas ricas, mas tornou-se no período republicano indispensável aos alunos para que adquirissem outros conhecimentos.

Na coluna da revista *Palestras Escolares* foram divulgados discursos sobre a Educação escolar primária, sobre a qual propunham que a civilização do povo dependia do progresso material, intelectual e moral por meio da instrução, e, para isso, promulgavam o valor do trabalho do professor primário para o ordenamento intelectual, principalmente das crianças. Quer dizer, sem a ação educativa do mestre na escola, não haveria mudança para a Educação da nação.

Um outro ponto relevante a ser discutido trata-se das ideias da revista, que colocam em evidência a questão da higiene como prática cultural imperativa para o progresso, pois para educar aos moldes republicanos era necessário combater os problemas relacionados à saúde nas escolas, como as construções dos edifícios e da necessidade de cuidados higiênicos, os quais podem ser compreendidos como medicina social.

Nesse sentido, aponta-se os trabalhos de Rui Barbosa<sup>xiii</sup> em âmbito nacional, que se relacionam com as mudanças do sistema de ensino e a modernidade pedagógica. Neste estudo, evidencia-se os tomos sobre a *Reforma do Ensino Primário e várias instruções complementares da Instrução Pública*, que constituem um diagnóstico da Educação brasileira. Segundo ele:

Nenhum dos Estados onde a escola é uma realidade séria deixou, nem pode deixar, à mercê da ignorância, ao arbítrio dos interesses a disposição das casas de ensino popular. Desde a escolha do sítio, da qual disse um higienista que “nada mede melhor o adiantamento da civilização de um povo”, desde a exposição da escola, a sua orientação, até o número, o tamanho, a coloração das janelas; desde a qualidade do material até às dimensões das portas, as condições de isolamento das escadas a forma curvilínea ou angular dos cantos; desde o ginásio, que, nos países onde a educação comum está racionalmente organizada, como a Suíça e a Holanda, existe em todas as escolas rurais e urbanas, e de todas as escolas constitui parte essencial, desde o pátio de recreio com 5 ou 6 metros superficiais para cada aluno, e o avarandamento coberto para os dias de intempérie, com 1 metro pelo menos por criança, até à extensão, à situação e à inclinação da pedra no recinto da classe; desde a distribuição do tempo e a duração dos recreios até à classificação dos alunos; desde a luz e o ar até à temperatura; tudo no regimen da higiene escolar, está subordinado a leis científicas, cuja infração vitima as gerações novas, e fere o país no primeiro dos seus interesses: a vitalidade da raça que o povoa (BARBOSA, 1883, TOMO IV, p. 37).

Em vários aspectos, a higiene influenciou o cotidiano escolar, inclusive no uso do seu mobiliário (cadeiras, mesas, materiais didáticos, espaço físico escolar), os instrumentos usados no ensino da escrita, leitura, desenho entre outros, deveriam estar sempre higienizados para não comprometer a saúde do escolar.

Em vista disso, o professor Silvio Nascimento aponta no regulamento sobre *O Ensino da Calligraphia* nos programas de ensino. Em seu texto intitulado *Providencias*

*Regulamentares* discorre e pontua a prática deste ensino como “essencial que não devemos de maneira alguma descarta-lo” (S. N., 1919, p. 13). Para ele, a caligrafia auxiliava na aprendizagem do desenho, como meio educativo da vista e da mão e no movimento para desenhar a letra. Outro aspecto importante a se pensar é que na prática de uma boa caligrafia, nos exercícios escolares e nas provas, julga-se não somente o esmero da grafia, mas também os bons hábitos de higiene do aluno, ou seja, o zelo pelas tarefas escolares, pela higiene e pela saúde eram reproduzidos na escrita. Para desenvolver essa habilidade, as crianças necessitavam de ensino contínuo, aperfeiçoamento dos movimentos, instrução para sentar adequadamente, manutenção das indumentárias limpas e mãos e corpos asseados para, assim, não comprometer a saúde do corpo e da mente.

A escola, no imaginário republicano, era a representação da nova ordem para o progresso, pois atribuía-se à Educação a capacidade de disciplinar os sujeitos pela introjeção de hábitos civilizados, inspeção sobre suas condutas e abandono de costumes vividos no seio familiar. Isso deveria acontecer dentro e fora da escola, pois o ideário e as práticas do homem polido e moldado pela nova instrução deveria ser perceptível como ações involuntárias e naturais. Ademais, a mudança de hábitos pela Educação fazia da escola o “lugar no qual se adquiria uma passagem para o mundo civilizado, ou melhor, nesse caso, a escola funcionaria como agência que, pelo seu próprio caráter, transformaria em cidadãos os projetos de gente materializados na infância (BOTO, 1990, p. 212).

Atrelado a isso, o impresso mostra a prática do escotismo<sup>xiv</sup> como disciplina obrigatória para todos os alunos das escolas do estado do Pará. Os alunos usavam uniformes tradicionais e, sob a direção dos professores, eram levados aos campos para executar as atividades ao ar livre, obedecendo ao hábito da boa higiene e ampliando o conhecimento prático que não poderia ser conseguido por meio dos livros e nem nas salas de aula (Albuquerque, 1919, p. 36). Dessa maneira, o caminho percorrido até o local da atividade era aproveitado pelo professor, que poderia estimular e trabalhar com seus alunos os “instrumentos de sapa, marcha, transmitir por sinais semafórico, orientar os caminhos, acampar em barracas, construir abrigos e fazer a cozinha ao ar livre, conhecer frutos e raízes”, que serviam de alimento e distinguir as espécies de plantas e pedras encontradas na estrada ou seja, em totalidade a aula de escotismo era um laboratório natural para a infância e o discurso da revista afirma que eles “voltavam dos campos de

moral solidificada, cheios de alegria e vigor e exuberantes de vida” (ALBUQUERQUE, 1919, p. 37).

A partir do impresso, compreende-se que a ideia de escotismo, por ser uma prática que conquistou a Inglaterra, onde se tornou um movimento nacional, expandiu-se para todos os países da Europa. Tempos depois, surgiram os *boy-scouts* nos Estados Unidos, na Argentina, no Chile e, no território nacional, em São Paulo e demais estados.

Na revista *O Ensino* reproduzia as necessidades da Educação para a infância paraense, professores e interessados no assunto que procuravam publicações e exemplos de cunho estrangeiro para inculcar recomendações conceituadas e precisas, bem como o conhecimento das primeiras letras pela “*syllabação* ou *palavração*”. Os textos produzidos na revista eram destinados a ensinar bem, revelando métodos em uso considerados exitosos para o aprendizado dos alunos e para ensinar a boa adequação pedagógica.

Nesse contexto, os articulistas da revista estampavam nos artigos as recomendações das rotinas de sala de aula, explanando sobre o funcionamento e a organização escolar, traziam sugestões e estratégias para provocar o interesse da criança pelos assuntos trabalhados em classe incumbindo aos professores (funcionários do estado) a responsabilidade pelo futuro da nação.

O saber pedagógico impresso na revista ilustra um guia prático para os leitores de como se ensina e o que ensinar no ensino primário. Percebe-se que o periódico em questão assume um lugar pedagógico, pois apresenta os frutos da ciência pedagógica e as metodologias pensadas e articuladas por intelectuais que trabalham a favor da emancipação social e científica.

### **Considerações Finais**

O texto contribui para o fomento das discussões no âmbito das pesquisas em história da Educação para o qual tomou-se como base a materialidade e o discurso da imprensa pedagógica da revista *O Ensino*, que é um espaço de embate ideológico de registros do passado para os historiadores, que podem ser estudados por diversos olhares, pois trata-se da constituição do relato de um tempo.

Nesse sentido, acredita-se que este estudo contribuirá para as pesquisas dessa natureza, pois revisitar o passado permite, conhecer os eixos relevantes do debate educacional contemporâneo. A leitura da revista *O Ensino* conduz ao conhecimento de

ações dos intelectuais que se dedicavam à luta pela Educação primária do Estado, e viram na imprensa a maneira de propagar os ideários republicanos.

Instruir foi uma prática adotada para ordenar o povo, em consonância, as escolas adotaram como indispensáveis as medidas higienistas que influenciaram a arquitetura dos prédios escolares (largura, altura, ventilação, iluminação), os mobiliários e utensílios de uso pessoal, a prática dos exercícios físicos para formar indivíduos fortes, saudáveis e higienizados.

Nessa perspectiva, a imprensa pedagógica tornou-se preponderante a respeito aos avanços da Educação no Pará, tanto que alguns dos textos deixaram evidente essas propostas, além de métodos de ensino, orientações sobre os programas de ensino, palestras escolares, momentos cívicos, poesias, materiais didáticos, leis educacionais, e novos conhecimentos científicos para orientar os profissionais da Educação.

#### REFERÊNCIAS

Albuquerque, José pessoa de. O escotismo. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**. V.2, N.7, p.36-37, Jan. 1919.

BASTOS, Maria Helena Câmara. Espelho de papel: a imprensa e a história da educação. In: **Novos temas em História da Educação Brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. SOUZA, José Carlos Araújo; GATTI. Décio Jr. (Orgs). Campinas /SP: Autores Associados, 2002. p. 91-132.

BARBOSA, Rui (1883b). **Obras completas de Rui Barbosa** – Reforma do ensino primário e outras instituições complementares da instrução pública. – Projeto de Lei de 1882. v. X, tomo IV.

BOTO, Carlota. **Rascunhos de escola na encruzilhada dos tempos**. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990, vols. 1 e 2.

CASTRO, Pereira de. O anno da Instrucção. Transcrito da edição de 1º janeiro da Folha do Norte. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**. V.2, N.8, p.9-10, fev. 1919.

CATANI, Denice. Barbara. A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. **Educação e Filosofia**, v.10 n.20, p.115-130. Jul/dez. 1996. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/928>. Acesso em: 16. abr. 2022.

CATANI, Denice Barbara; Bastos, Maria Helena Câmara (Orgs). **Educação em Revista**: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras editora, 2002. p. 5-10.

C. P. O analfabetismo no Brasil. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**. V.2, N.8, p.92-93, fev. 1919.

C. P. Instruir e educai!. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**. V.2, N.7, p.20, jan. 1919.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/ Edusp, 1994.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990.

COELHO, Geraldo Mártires. Na Belém da Belle Époque da Borracha (1890-1910): dirigindo olhares. **Revista Escritos** (Revista da Fundação Casa Rui Barbosa), ano 5, n. 05. 2011. p. 141-168. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numeros05/artigo08.php>. Acesso em: 28. set. 2020.

DORIA, Sampaio de A. A Pátria Brasileira. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**. V.2, N.7, p.3, jan. 1919.

ERASMO. **A civilidade pueril**. Lisboa: Estampa, 1978.

FURTADO, Luciana Nathalia Morais. **A Imprensa Estudantil Liceísta Maranhense na Primeira República (1907-1930)**. Mestrado em Educação. São Luís-Ma. UFMA. 2016.

F. S. Os programas de ensino. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**. V.2, N.11, p.167-168, maio. 1919.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1991. 257p.

MORANDI, Franc. **Modelos e métodos em pedagogia**. Bauru, SP: Ed. da EDUSC, 2002.

NÓVOA, António. A imprensa de Educação e ensino: concepção e organização do repertório português. In: CATANI, Denice Barbara; Bastos, Maria Helena Câmara (Orgs). **Educação em Revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras editora, 2002. p. 11-31.

OLIVEIRA, A. de Almeida. **O ensino público**. Brasília: Senado Federal, 2003.

RIZZINI, Irene. **O Século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

S.N. Providencias regulamentares - o ensino da caligrafia. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**. V.2, N.7, p.13, jan. 1919.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)**. 3º ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SANTOS, Darlene Monteiro dos; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. A Imprensa Pedagógica no Pará em dias de República: a Revista a Escola e a Revista do Ensino como instituições de formação (1900-1912). **Revista História da Educação**. [online]. v.24, e92639, p. 1-30, abri 9/. 2020.

ZANATTA, Beatriz Aparecida. O método intuitivo e a percepção sensorial como legado de Pestalozzi para a geografia escolar. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 25, n. 66, p. 165-184, ago. 2005.

## Notas

<sup>i</sup>“A influência das ideias europeias, com o advento do positivismo e a força revolucionária das teorias evolucionistas, fez-se sentir entre nós nas últimas décadas do século XIX. A tintura materialista e objetiva das novas ideias vinha ao encontro de nossas aspirações de progresso e civilização e foi o veículo do rompimento com as velhas amarras monárquicas e agrário escravocratas, vistas como símbolo do atraso” (RIZZINI, 2011, p.46).

<sup>ii</sup>No artigo “O analfabetismo no Brasil” na revista *O Ensino* (1919) mostra que a cada mil habitantes são analfabetos “832 [na] Parahyba, no Piauí com 827, Pernambuco com 807, Alagoas com 800, Rio Grande do Norte com 796, Ceará e Goyaz com 782 cada, Bahia com 772, Estado do Rio com 769, Paraná com 761, Sergipe e São Paulo com 753 cada, Maranhão com 746, Minas Geraes com 744, Santa Catarina com 743, Espírito Santo com 731, Matto Grosso com 730, Pará com 700, Amazonas com 679, Rio Grande do Sul com 674, Distrito Federal com 481 e 519 letrados” (C. P., 1919, p. 92-93).

<sup>iii</sup>Nóvoa (2002), discute que a imprensa periódica é “o local que facilita um melhor conhecimento das realidades educativas, uma vez que aqui se manifestam, de um ou de outro modo, o conjunto de problemas desta área”. Para o autor, os impressos são veículos, que servem para “compreender as relações entre teorias e a prática, entre os projetos e realidades, entre a tradição e inovação”. (NÓVOA, 2002, p. 31).

<sup>iv</sup>“As revistas especializadas em educação, no Brasil e em outros países, de modo geral, constituem uma instância privilegiada para a apreensão dos modos de funcionamento do campo educacional enquanto fazem circular informações sobre o trabalho pedagógico e o aperfeiçoamento das práticas docentes, o ensino específico das disciplinas, a organização dos sistemas, as reivindicações da categoria do magistério e outros temas que emergem do espaço profissional” (CATANI, 1996, p. 117). Bastos (2002) diz que “um dos dispositivos privilegiados para forjar o sujeito/cidadão é a imprensa, portadora e produtora de significações. A partir da necessidade de informar sobre fatos, opiniões e acontecimentos, a imprensa procura engendrar uma mentalidade” (BASTOS, 2002, p. 151-174).

<sup>v</sup>Para Coelho, “a belle époque, entendida como manifestação da Idade de Ouro da cultura urbana da burguesia contemporânea, e cujos quadros tradicionais, como visto, remetem para a Paris do final do século XIX e começo do XX. As próprias transformações urbanas de cidades como Belém e Rio de Janeiro no mesmo período foram tratadas como dimensões especulares da belle époque matricial, parisiense, nas latitudes sociais e mentais do trópico brasileiro” (COELHO, 2011, p. 142).

<sup>vi</sup> Para este estudo foi utilizado a tradução do francês para o português de Fernando Guerreiro, referente ao ano de 1978.

vii Termo utilizado na revista O Ensino, o qual se referenciava a incompletude e imaturidade da criança, no que diz respeito à formação intelectual e cultural.

viii Livraria Alfacinha, Rua Conselheiro João Alfredo, nº 116.

ix Livraria, localizada na av. 15 de Agosto, nº 34-38.

x Pertencia a Frederico Cunha & Cia., Rua Treze de Maio, nº 02.

xi “Pestalozzi (1746-1827) foi influenciado pelo pensamento de Rousseau e por alguns aspectos do movimento romântico, como por exemplo o amor pela natureza e a concepção organicista. Em 1774, fundou um instituto para órfãos, destinado a educar intelectual e moralmente os rapazes afiliados entre outras ações educativas” (ZANATTA, 2005, p. 166-167).

xii A Pedagogia Intuitiva de Pestalozzi, introduzida no Brasil por Rui Barbosa, é caracterizada pela forma de atrair a percepção e observação dos alunos, pois “fundamentava-se na psicologia sensualista, cujos representantes afirmavam que toda a vida mental se estrutura baseando-se nos dados dos sentidos, ou empregando um vocabulário pedagógico, valendo-se do concreto. Considerando-se esses fundamentos, pode-se adotar o conhecimento, até então abordado independentemente da realidade, a partir da observação do real” (ZANATTA, 2005, p. 180).

xiii Apesar de sua proposta relacionar-se ao então Distrito Federal, também serve para refletir sobre o âmbito o nacional pela influência que causou nas reformas estaduais e posteriormente na República.

xiv “O Escotismo foi inspirado nos cowboys, idealizado por Baden-Powell, ilustre general inglês que educava a mocidade após sua experiência no pós-guerra e uma viagem pelas colônias da África. Ao regressar para Inglaterra, agrupou rapazes em pequenas patrulhas, instaurando o escotismo. Baden-Powell, ensinou conceitos de primeiros socorros, observação, segurança e orientação aos jovens, com o propósito de aproveitar os ensinamentos para estarem preparados para lutar como os soldados nas guerras” (ALBUQUERQUE, 1919, p. 36-37).

## Sobre os Autores

### **Camilla Vanessa Chagas Peixoto de Oliveira**

Doutoranda em Educação-UFPA/Pa. Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação-UFPA (2017) vinculada à linha de pesquisa Educação, Cultura e Sociedade. Graduada em Letras com habilitação em Língua Inglesa – UNAMA (2010). Integra o Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e das Práticas Leitoras no Maranhão (NEDHEL) da Universidade do Maranhão (UFMA) que desenvolve estudos e pesquisa sobre História da Educação (Cultura Material Escolar, Instituições Escolares e imprensa de ensino). E-mail: [camillachagasufpa@gmail.com](mailto:camillachagasufpa@gmail.com)  
Orcid:0000-0002-3285-4006

### **Cesar Augusto Castro**

Professor Titular (UFMA). Graduação em Biblioteconomia-UFMA (1988). Mestrado em Ciência da Informação-PUC (1993). Doutor em Educação-USP (1998). Pós Doutor em Educação pela USP (2006) e pela Universidade do Porto (2011). Docente do Programa de Pós-graduação em Educação (UFPA e UFMA) e no Curso de Biblioteconomia (UFMA). Coordenador do Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras (NEDHEL). Pesquisa sobre História da Educação (Cultura Material Escolar, Instituições Escolares e imprensa de ensino). E-mail: [ccampin.ufma@gmail.com](mailto:ccampin.ufma@gmail.com)  
ORCID:0000-0001-7650-895x

Recebido em: 06/02/2022

Aceito para publicação em: 03/04/2022